

# HISTÓRIA GLOBAL DE PORTUGAL

DIREÇÃO

*Carlos Fiolhais*  
*José Eduardo Franco*  
*José Pedro Paiva*

COORDENAÇÃO

*João Luís Cardoso*  
*Carlos Fabião*  
*Bernardo Vasconcelos e Sousa*  
*Cátia Antunes*  
*António Costa Pinto*

Círculo de Leitores



A cópia ilegal viola os direitos dos autores.  
Os prejudicados somos todos nós.

Copyright © 2020 Círculo de Leitores  
Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva (IECCPMA)

Projeto gráfico: Carla Batista e Sofia Silva  
Design e paginação: inPrintout  
Carla Batista e Sofia Silva  
Revisão: João Pedro Tapada, Ana Rita Araújo,  
Cristiana Lucas Silva, Milene Alves e Paula Carreira

Execução gráfica: Bloco Gráfico  
Unidade Industrial da Maia

1.ª edição: abril de 2020  
Número de edição: 8215  
Depósito legal: 467 775/20



Ilustrações da capa: Rede em fundo, foto: Freepik.com. Nas letras do título, pormenores de: Planisfério de Cantino, Biblioteca Estense Universitária, Modena (foto: IAM/AGE/Fotobanco.pt, ver p. 290); iluminura do casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre, British Library (foto: British Library/Album/Fotobanco.pt, ver p. 154); Mosaico Oceanus, Museu Municipal de Faro (foto: Danilo Paolo Pavone, ver p. 60).

Esta edição segue a grafia do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Reservados todos os direitos. Nos termos do Código do Direito de Autor, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio, incluindo a fotocópia e o tratamento informático, sem a autorização expressa dos titulares dos direitos.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>Introdução geral</b>   | 13 |
| <i>Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva</i>                                      |    |
| <b>I Pré-História e Proto-História</b>  |    |
| Introdução – Da humanização à aurora da escrita   | 23 |
| <i>João Luís Cardoso</i>  |    |
| 240 000-10 000 a.C. – Dos neandertais ao <i>Homo sapiens</i>  | 27 |
| <i>João Cascalheira e Nuno Bicho</i>  |    |
| 5500-4500 a.C. – A difusão da agricultura e dos animais domésticos                                  | 35 |
| <i>António Faustino Carvalho</i>  |    |
| 2700-1800 a.C. – A questão campaniforme: origem e difusão no decurso do terceiro milénio a.C.       | 41 |
| <i>João Luís Cardoso</i>  |    |
| 2000-800 a.C. – Comércio a longa distância na Idade do Bronze                                       | 47 |
| <i>Raquel Vilaça</i>  |    |
| Séculos IX-V a.C. – Fenícios em Portugal  | 53 |
| <i>Ana Margarida Arruda</i>   |    |
| <b>II Antiguidade</b>   |    |
| Introdução – A Antiguidade: continuidade e perenidade   | 63 |
| <i>Carlos Fabião</i>  |    |
| 218-19 a.C. – Os romanos na Península Ibérica: de terra de conquista a espaço provincial do império | 69 |
| <i>Carlos Fabião</i>  |    |
| 155-139 a.C. – As guerras lusitanas e o verdadeiro Viriato  | 75 |
| <i>Amílcar Guerra</i>   |    |

|   |     |
|---|-----|
| Século II a.C.-século IV d.C. – No mercado do Império Romano<br><i>Catarina Viegas</i>              | 81  |
| 139 a.C.-14 d.C. – Alinhar com o império: a língua<br><i>Amílcar Guerra</i>                         | 87  |
| Século I a.C. – Onde acaba o mundo?<br><i>Amílcar Guerra</i>  | 93  |
| Século I a.C. – A emergência das cidades<br><i>Catarina Viegas</i>                                  | 99  |
| 80 a.C. – Impactes das guerras civis romanas<br><i>Carlos Fabião</i>                                | 105 |
| 16-15 a.C. – A fundação da província romana da Lusitânia<br><i>Catarina Viegas</i>                  | 111 |
| Século I a.C.-século II d.C. – Ameaças ambientais<br><i>Catarina Viegas</i>                         | 117 |
| 17-23 – As marés segundo Estrabão<br><i>Amílcar Guerra</i>  | 123 |
| Século I – Entre mares: uma constante histórico-geográfica<br><i>Carlos Fabião</i>                  | 129 |
| Século IV – A reforma administrativa do Império Romano<br><i>Pedro C. Carvalho</i>                  | 135 |
| 409-411 – Chegam os bárbaros<br><i>Pedro C. Carvalho</i>  | 141 |
| Segunda metade do século VI – Uma península unificada sob a égide dos godos<br><i>Carlos Fabião</i> | 147 |
| <b>III Idade Média</b>  |     |
| Introdução – Uma Idade Média globalizante<br><i>Bernardo Vasconcelos e Sousa</i>                    | 157 |
| 711 – Confronto e interação: o islão na Península Ibérica<br><i>Hermenegildo Fernandes</i>          | 163 |
| 844 – O que ficou da passagem dos viquingues?<br><i>Hélio Pires</i>                                 | 169 |
| 882 – A escrita à mão e a sua evolução<br><i>Maria José Azevedo Santos</i>                          | 175 |
| 1089 – Do românico ao gótico: as formas estéticas<br><i>José Custódio Vieira da Silva</i>           | 181 |

|  |     |
|--|-----|
| 1128 – Influências e relações externas num condado onde germinou um reino<br><i>Luís Carlos Amaral</i>   | 187 |
| 1128 – Combater em nome da fé: as ordens militares em Portugal<br><i>Luís Filipe Oliveira</i>  | 195 |
| 1140 – D. Afonso Henriques, <i>portugalensium rex</i> , filho de Teresa de Leão e de Henrique da Borgonha<br><i>António Resende de Oliveira e Bernardo Vasconcelos e Sousa</i> | 203 |
| 1146 – Casar por amor à Coroa<br><i>Manuela Santos Silva</i>   | 209 |
| 1147 – Lisboa: da conquista a cabeça do reino<br><i>Amélia Aguiar Andrade e Maria João Branco</i>  | 215 |
| 1153 – Uma religião sem fronteiras: as ordens religiosas<br><i>João Luís Inglês Fontes</i>   | 221 |
| 1174 – A língua que os portugueses falavam e escreviam<br><i>António Manuel Ribeiro Rebelo</i>   | 227 |
| 1196 – Da literatura latina à literatura portuguesa<br><i>António Resende de Oliveira</i>  | 233 |
| 1231 – De Fernando Martins a Santo António de Lisboa, um santo para o mundo<br><i>Eleonora Lombardo e José Francisco Meirinhos</i>   | 239 |
| 1276 – João XXI, clérigo português, pastor universal<br><i>Armando Norte</i>   | 245 |
| 1290 – Uma universidade que viria a ter projeção global<br><i>Saul António Gomes</i>   | 251 |
| 1293 – A Bolsa dos Mercadores: os portos, o rei e o comércio português nas redes europeias<br><i>Amândio J. M. Barros</i>  | 257 |
| 1297 – O Tratado de Alcanices e a instituição da fronteira com vizinhos ameaçadores<br><i>J. A. de Sottomayor-Pizarro</i>  | 263 |
| 1348 – Peste negra: o flagelo que foi quase «global»<br><i>Maria Helena da Cruz Coelho</i>   | 269 |
| 1385 – Aljubarrota: um inimigo ancestral, uma aliança antiga e o reforço da identidade do país<br><i>João Gouveia Monteiro</i>   | 277 |
| 1415 – Abrem-se novos horizontes. A conquista de Ceuta e o mar<br><i>Luís Miguel Duarte</i>  | 283 |

## IV Época Moderna

|  |     |
|--|-----|
| Introdução – Época Moderna: precocidade e proeminência de Portugal nas dinâmicas globais<br><i>Cátia Antunes</i>                             | 293 |
| 1425 – Madeira: povoamento, açúcar e escravos<br><i>Mariana P. Candido</i>   | 299 |
| 1434 – Passagem do Bojador: a abertura de novos horizontes<br><i>Amélia Polónia</i>  | 305 |
| 1468 – Monopólio da Guiné: exploração económica pluricontinental<br><i>Susana Münch Miranda</i>  | 311 |
| 1494 – O Tratado de Tordesilhas: uma nova visão do Atlântico que desembocaria numa partilha dos mares<br><i>Francisco Contente Domingues</i> | 317 |
| 1496 – A expulsão dos judeus: a diáspora das diásporas<br><i>José Alberto Rodrigues da Silva Tavim</i>                                       | 323 |
| 1498-1500 – Calecute e Porto Seguro: a génese da pluricontinentalidade<br><i>Edgar Cravo Bertrand Pereira</i>                                | 329 |
| 1502 – Arzila, Ceuta, Tânger e Alcácer Ceguer: o fenómeno global das Misericórdias<br><i>Isabel dos Guimarães Sá</i>                         | 335 |
| 1502 – O planisfério de Cantino: um modelo de representação do mundo<br><i>Joaquim Alves Gaspar</i>  | 341 |
| 1509 – O arroz em Santarém e a globalização dos produtos alimentícios<br><i>Isabel Drummond Braga</i>  | 347 |
| 1514 – Uma religião para o mundo. Padroado régio e uma diocese pluricontinental<br><i>José Pedro Paiva</i>                                   | 353 |
| 1517 – Revoltam-se os escravos em São Tomé<br><i>Filipa Ribeiro da Silva</i>   | 361 |
| 1519 – Fernão de Magalhães e a primeira viagem à volta do mundo<br><i>Rui Manuel Loureiro</i>  | 367 |
| 1536 – A Inquisição chega a Portugal<br><i>Francisco Bethencourt</i>   | 373 |
| 1540 – Os jesuítas e a primeira base de dados global<br><i>José Eduardo Franco</i>   | 379 |
| 1541 – Mazagão: uma revolução arquitetónica<br><i>Walter Rossa</i>   | 385 |

|   |     |
|---|-----|
| 1563 – Colóquios dos Simples ou a globalização da imprensa de caracteres móveis e do conhecimento<br><i>Palmira Fontes da Costa</i> | 391 |
| 1572 – Camões, as armas, as letras e o choque de civilizações<br><i>Diogo Ramada Curto</i>  | 397 |
| 1580 – União das Coroas, união do mundo<br><i>Rafael Valladares</i>   | 403 |
| 1582 – O calendário gregoriano: globalizar a marcação do tempo<br><i>Henrique Leitão e José Madruga Carvalho</i>                    | 409 |
| 1614 – A Revolução Científica chega à Ásia<br><i>Carlos Fiolhais</i>  | 415 |
| 1640-1648 – A rutura luso-espanhola e os tratados de Vestefália. Mudança de uma ordem mundial?<br><i>Pedro Cardim</i>               | 421 |
| 1645 – Insurreição pernambucana e rejeição do globalismo<br><i>Bruno Miranda e Kleber Clementino</i>                                | 427 |
| 1680 – Instauração da Colónia do Sacramento<br><i>Tamar Herzog</i>  | 433 |
| 1703 – Tratado de Methuen<br><i>Cátia Antunes e João Paulo Salvado</i>  | 439 |
| 1717 – O Palácio de Mafra ou uma visão global do barroco<br><i>Luís de Moura Sobral</i>   | 445 |
| 1727 – A Maçonaria chegou a Portugal<br><i>António Ventura</i>  | 453 |
| 1732 – Preocupações do Conselho Ultramarino: o declínio da diáspora portuguesa no mundo<br><i>Noelle Richardson</i>                 | 461 |
| 1755 – O grande terramoto de Lisboa e a História<br><i>Mariana Françaço</i>   | 467 |
| 1756 – Demarcação da região do vinho do Porto<br><i>Gaspar Martins Pereira</i>  | 475 |
| 1759-1773 – A supressão da Companhia de Jesus<br><i>José Vicente Serrão</i>   | 481 |
| 1807 – A transferência da corte régia portuguesa para o Brasil<br><i>Laura de Mello e Souza</i>                                     | 487 |

## V Época Contemporânea

|  |     |
|--|-----|
| Introdução — Portugal contemporâneo: um caso de resistência e adesão a dinâmicas globais<br><i>António Costa Pinto</i> | 497 |
| 1822 — O global e o específico na independência do Brasil<br><i>Fernando Catroga</i>                                   | 503 |
| 1823 — D. Miguel e o miguelismo<br><i>Maria Alexandre Lousada</i>  | 511 |
| 1834 — A institucionalização do protestantismo em Portugal<br><i>Timóteo Cavaco</i>                                    | 519 |
| 1867 — Abolição da pena de morte<br><i>Rui de Figueiredo Marcos</i>  | 525 |
| 1884 — Portugal na Conferência de Berlim<br><i>Hugo Gonçalves Dores e Miguel Bandeira Jerónimo</i>                     | 533 |
| 1908 — Impacte internacional do regicídio de D. Carlos<br><i>Paulo Jorge Fernandes</i>                                 | 539 |
| 1910 — Revolução republicana<br><i>José Miguel Sardica</i>   | 545 |
| 1911 — Vilegiatura e turismo da Madeira ao Algarve<br>† <i>Alberto Vieira</i>  | 553 |
| 1914 — Amadeo, os Delaunay e o modernismo<br><i>Joana Brites</i>   | 559 |
| 1916 — Portugal e a Grande Guerra: a vitória com sabor a derrota<br><i>Nuno Severiano Teixeira</i>                     | 565 |
| 1917 — Fátima, santuário global<br><i>Marco Daniel Duarte</i>  | 573 |
| 1933 — O salazarismo e as ditaduras de entreguerras<br><i>Rita Almeida de Carvalho</i>                                 | 579 |
| 1934 — O bacalhau: nexos globais de um mito nacional<br><i>Álvaro Garrido</i>  | 585 |
| 1940 — Um mundo português em exposição<br><i>Annarita Gori</i>   | 593 |
| 1949 — Egas Moniz, um Nobel que deixou escola<br><i>Carlos Fiolhais</i>  | 599 |
| 1949 — Portugal e a NATO: o reencontro com uma opção atlântica<br><i>Nuno Severiano Teixeira</i>                       | 605 |

|  |     |
|--|-----|
| 1955 — Portugal no «parlamento do mundo»<br><i>Fernando Martins</i>  | 611 |
| 1961 — Portugal como Estado pária nas guerras coloniais tardias<br><i>Bruno Cardoso Reis</i>                               | 617 |
| 1966 — Eusébio, o lusotropicalismo e a globalização dos ídolos desportivos<br><i>Nuno Domingos</i>                         | 625 |
| 1974 — 25 de Abril, a transição para a democracia<br><i>Maria Inácia Rezola</i>  | 633 |
| 1986 — Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia<br><i>José Luís Cardoso</i>                                      | 639 |
| 1988 — Da internacionalização da literatura portuguesa: Pessoa, Saramago e Lobo Antunes<br><i>Onésimo Teotónio Almeida</i> | 645 |
| 2011 — Emigração portuguesa: cruzamentos globais<br><i>Rui Carita</i>  | 653 |
| <b>Agradecimentos</b>  | 659 |
| <b>Organigrama Institucional</b>   | 661 |

## Portugal contemporâneo: um caso de resistência e adesão a dinâmicas globais

A Época Contemporânea abriu-se, em Portugal, no quadro da inserção direta do país nos processos de crise dos antigos regimes e nas revoluções liberais que percorreram a Europa entre finais do século XVIII e inícios do século XIX. A saída da Coroa portuguesa para o Brasil, as guerras napoleónicas e o ciclo de revoluções liberais, de guerras civis e de consolidação do liberalismo puseram Portugal numa dinâmica de sincronia europeia. As grandes vagas de revoluções e a consolidação do liberalismo (1820, 1830 e 1848), a crise das democracias na «Época do Fascismo» (1918-1945) e, finalmente, a sua participação na «Época da Descolonização» (1945-1974) integraram Portugal nos grandes processos de mudança política e social, acabando por ser pioneiro da chamada terceira vaga de democratizações na Europa do Sul, durante os anos 70 do século XX.

Quando se observa a dinâmica de mudança de Portugal na Época Contemporânea em interação com a história global, pode reconhecer-se que é no final do século XIX, com a Conferência de Berlim, dados os impactes que teve em Portugal e nas suas colónias africanas, que se encontram os fatores decisivos que presidiram à emergência do nacionalismo republicano e à sua persistência até à descolonização na década de 70 de Novecentos.

A revolução republicana do 5 de Outubro de 1910 foi um fenómeno político precoce no quadro europeu, integrando-se, de forma vitoriosa, num ciclo de «revoluções democráticas» que se estendeu desde a Rússia, em 1905, até ao México, no ano de 1911. Embora a maior parte daquelas que Charles Kurzman apelidou «revoluções positivistas» tivessem sido derrotadas, em Portugal o regime republicano sobreviveu de forma triunfante, apesar de, nesse ciclo, ter decidido a participação de tropas portuguesas na Primeira Guerra Mundial. Com as suas colónias africanas ameaçadas por algumas potências europeias recém-chegadas à partilha de África, sobretudo a Alemanha, o jovem regime republicano também forçou a sua intervenção na guerra para se legitimar internamente. A entrada no primeiro confronto bélico que alcançou configuração mundial por iniciativa da elite republicana motivou, quase de imediato, a reacção das congéneres conservadoras com o golpe de Estado comandado por Sidónio Pais. A curta ditadura sidonista (1917-1918), com uma chefia carismática, a tentativa de criação de um partido único e uma representação corporativa, abriu o ciclo de ditaduras na Europa. Apoiado pela Igreja Católica e muito marcado pelo anticlericalismo republicano, tal ciclo desenvolveu-se quase em sincronia com as aparições de Fátima, em 1917. Este fenómeno, que tão profundamente tocou a religiosidade dos portugueses, rapidamente assumiu projecção internacional, no quadro da amplificação do culto mariano.

Ainda que o «Estado Novo» de Oliveira Salazar se tenha integrado na «Época do Fascismo» e que algumas das suas instituições tenham sido directamente inspiradas pelo fascismo italiano, a consolidação do regime, durante a década de 1930, dotou-o de uma imagem externa bem mais poderosa do que os seus serviços de propaganda poderiam ter imaginado. Com efeito, das repúblicas bálticas à América Latina, o salazarismo foi, por vezes, considerado uma terceira via autoritária e anticomunista entre o fascismo e a democracia, sendo percecionado como um modelo a seguir por muitos segmentos das elites conservadoras, entusiastas dos seus catolicismo e corporativismo.

A sobrevivência do salazarismo após a Segunda Guerra Mundial remete, mais uma vez, para a dinâmica global da Guerra Fria que, entretanto, germinaria, levando as potências ocidentais, chefiadas pelos EUA, a considerarem-

-no um mal menor. Em boa medida, isso explica a rápida integração de um país com um regime ditatorial na NATO e na nova ordem internacional. Porém, como contraponto, tem como elemento dissonante aquele que seria o desafio mais decisivo do regime depois de 1945: a resistência à descolonização. Neste cenário, Portugal acabou por assumir um papel fundamental na instauração de uma nova ordem global pós-colonial e pós-imperial, opondo-se, durante décadas, a um processo que se afigurava imparável e que, em certa medida, se iniciara com a independência dos EUA perante a Inglaterra, no último quartel do século XVIII. Ainda que não se tenha transformado num Estado relativamente isolado, Portugal ficou à margem da comunidade internacional. Apesar disso, o salazarismo conseguiu resistir durante algumas décadas a uma forte pressão internacional, granjeando até apoio político, económico e militar para a sua resistência à descolonização, por parte de países como a França, a República Federal Alemã e mesmo, de forma oscilante, os Estados Unidos da América. Na década de 1960, em plena Guerra Colonial, Portugal logrou ser integrado na European Free Trade Association (EFTA), por iniciativa do Reino Unido, conhecendo uma emigração gigantesca para a Europa, fator importante de crescimento económico associado também ao aumento do investimento europeu no país. Verificou-se uma modernização social e também cultural, estigmatizada com a tríade «Fátima, futebol e fado», que associava Fátima, a massificação do desporto, emblematicamente simbolizada pelo destaque de Eusébio no Campeonato do Mundo de 1966, e a internacionalização do fado, que se consolidou como a «canção portuguesa».

A capacidade de sobrevivência deste regime autoritário e colonial foi, assim, um exemplo de resistência a dinâmicas globais, que explicam, ainda que parcialmente, a singularidade da sua queda por um golpe de Estado militar, encabeçado por sectores das forças armadas descrentes de um possível sucesso nas guerras então travadas nas colónias africanas.

Na nova fase que então se abriu na vida de Portugal e na sua relação com o mundo, o país tornou-se o pioneiro involuntário da terceira vaga de democratizações, logo seguido pela Grécia (1975) e pela vizinha Espanha (1977). Em plena Guerra Fria, perante alguma surpresa da comunidade internacional, a rutura do 25 de Abril de 1974 e, sobretudo, a crise do Estado

que se lhe seguiu, com um processo simultâneo de descolonização e de democratização marcado por uma conjuntura «pré-revolucionária», puseram Portugal num plano de grande saliência internacional. A radicalização política, que se manifestou com especial intensidade em 1975, motivou uma intervenção internacional importante dos principais países da Europa Ocidental, dos Estados Unidos da América e do bloco de Leste, chefiado pela União Soviética, situando a novel democracia portuguesa no cruzamento da última «crise revolucionária» associada à esquerda radical da Europa Ocidental do século xx. Ainda mal refeitas das crises de 1968 e 1969 que tinham agitado e abalado a França e a Itália, foi com desconfiança que as democracias europeias observaram e acompanharam uma rutura que, se na versão oficial foi apresentada como uma clivagem da democracia *versus* o comunismo pró-soviético, encontrou novos agentes políticos e sociais, com fortes movimentos sociais transgressivos no topo do conflito político em Portugal. A dinâmica de ocupações de terras e de nacionalizações e a radicalização da conflituosidade social, com atores militares e civis de extrema-esquerda, rapidamente antagonizados por formas de mobilização conservadora, transformaram o país num palco singular no quadro global. Foi então que quer os Estados Unidos da América quer as democracias europeias utilizaram modelos de intervenção como os aplicados na Itália, após a Segunda Guerra Mundial, para apoiar a consolidação da democracia em Portugal, penetrando partidos, organizações de interesse e meios de comunicação social e animando algumas estruturas mais violentas, para contrariar o que viam como um perigoso domínio comunista e revolucionário.

Foi neste curto período que se deu a transferência de poderes para os movimentos de libertação das colónias portuguesas, com a rápida transição para a independência de países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, processo marcado pela retirada quase simultânea de Portugal das suas colónias, que encerrou o colonialismo tardio e a resistência à descolonização. Uma das consequências desse processo, no caso de Angola, foi ter contribuído para a radicalização localizada da Guerra Fria, com a intervenção militar direta de Cuba e da África do Sul, e indireta da União Soviética e dos Estados Unidos da América, o que perpetuou a beligerância naquele território até ao século XXI.

Alcançada a democracia e consumada a descolonização, criou-se um panorama que permitiu a adesão de Portugal à União Europeia em 1986. Esta rapidamente se assumiu como a alavanca mais poderosa de uma profunda mudança económica e social do país, incluindo a criação de uma economia de mercado, que se constituiu num agente globalizador determinante, além de ter proporcionado a gradual sincronização de Portugal com o quadro da Europa Ocidental, a partir da década de 1980.

As linhas que acabam de ser enunciadas, conferidoras de uma coerência ao período que se iniciou por 1820 e se prolongou até ao presente, podem agora ser mais bem entendidas e aprofundadas pela leitura das páginas que se seguem.

*António Costa Pinto*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa